



EDITAL Nº 01/2020
DE PROCESSOS SELETIVOS (PS)

MISSÃO

Ser um referencial público em saúde, prestando assistência de excelência, gerando conhecimento, formando e agregando pessoas de alta qualificação.

PS 01 - ADVOGADO I
(Licitação, Contratos e Convênios)

MATÉRIA	QUESTÕES	PONTUAÇÃO
Conhecimentos Específicos	01 a 40	0,20 cada



DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS. PROIBIDA A REPRODUÇÃO, AINDA QUE PARCIAL, SEM A PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DA FAURGS E DO HCPA.

Nome do Candidato: _____

Inscrição nº: _____ - _____



FAURGS
Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

INSTRUÇÕES

- 1 Verifique se este CADERNO DE QUESTÕES corresponde ao Processo Seletivo para o qual você está inscrito. Caso não corresponda, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
- 2 Esta PROVA consta de **40** (quarenta) questões objetivas.
- 3 Caso o CADERNO DE QUESTÕES esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
- 4 Para cada questão objetiva, existe apenas **uma** (1) alternativa correta, a qual deverá ser assinalada na FOLHA DE RESPOSTAS.
- 5 Os candidatos que comparecerem para realizar a prova **não deverão portar** armas, malas, livros, máquinas calculadoras, fones de ouvido, gravadores, *paggers*, *notebooks*, **telefones celulares**, *pen drives* ou quaisquer aparelhos eletrônicos similares, nem utilizar véus, bonés, chapéus, gorros, mantas, lenços, aparelhos auriculares, próteses auditivas, óculos escuros, ou qualquer outro adereço que lhes cubra a cabeça, o pescoço, os olhos, os ouvidos ou parte do rosto, sob pena de serem excluídos do certame. **Os relógios de pulso serão permitidos, desde que permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.** (conforme subitem 7.10 do Edital de Abertura)
- 6 **É de inteira responsabilidade do candidato comparecer ao local de prova munido de caneta esferográfica, preferencialmente de tinta azul, de escrita grossa, para a adequada realização de sua Prova Escrita. Não será permitido o uso de lápis, marca-textos, régua, lapiseiras/grafites e/ou borrachas durante a realização da prova.** (conforme subitem 7.15.2 do Edital de Abertura)
- 7 Não será permitida nenhuma espécie de consulta em livros, códigos, revistas, folhetos ou anotações, nem o uso de instrumentos de cálculo ou outros instrumentos eletrônicos, exceto nos casos em que forem pré-estabelecidos no item 13 do Edital. (conforme subitem 7.15.3 do Edital de Abertura)
- 8 Preencha com cuidado a FOLHA DE RESPOSTAS, evitando rasuras. Eventuais marcas feitas nessa FOLHA a partir do número **41** serão desconsideradas.
- 9 Ao terminar a prova, entregue a FOLHA DE RESPOSTAS ao Fiscal da sala.
- 10 A duração da prova é de **três horas (3h)**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS. Ao final desse prazo, a FOLHA DE RESPOSTAS será **imediatamente** recolhida.
- 11 **O candidato somente poderá se retirar da sala de prova uma hora (1h) após o seu início. Se quiser levar o Caderno de Questões da Prova Escrita, o candidato somente poderá se retirar da sala de prova uma hora e meia (1h30min) após o início. O candidato não poderá anotar/copiar o gabarito de suas respostas de prova.**
- 12 **Após concluir a prova e se retirar da sala, o candidato somente poderá se utilizar de sanitários nas dependências do local de prova se for autorizado pela Coordenação do Prédio e se estiver acompanhado de um fiscal.** (conforme subitem 7.15.6 do Edital de Abertura)
- 13 Ao concluir a Prova Escrita, o candidato deverá devolver ao fiscal da sala a Folha de Respostas (Folha Óptica). Se assim não proceder, será excluído do Processo Seletivo. (conforme subitem 7.15.8 do Edital de Abertura)
- 14 A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a anulação da prova do candidato.



01. Assinale a alternativa que apresenta hipótese que **NÃO** constitui motivo para rescisão de contrato administrativo, nos termos da Lei nº 8.666/93.

- (A) Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos.
- (B) Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos.
- (C) Atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento.
- (D) Paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração.
- (E) Instauração de processo de recuperação judicial.

02. Assinale a alternativa correta sobre o controle externo da administração pública.

- (A) O controle externo, a cargo do Tribunal de Contas da União, é exercido com o auxílio do Congresso Nacional.
- (B) Compete ao Tribunal de Contas da União julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- (C) O Tribunal de Contas da União, integrado por onze Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional.
- (D) Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela devem dar ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade subsidiária.
- (E) As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa carecem de eficácia de título executivo.

03. Assinale a alternativa correta sobre as regras da Lei nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública.

- (A) As pessoas jurídicas respondem subjetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nessa Lei, e praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.
- (B) A responsabilização da pessoa jurídica exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.
- (C) Os dirigentes ou administradores somente são responsabilizados por atos ilícitos na medida da sua culpabilidade.
- (D) As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão subsidiariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nessa lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação proporcional do dano causado.
- (E) A competência para instauração e julgamento do processo administrativo de apuração de responsabilidade da pessoa jurídica pode ser subdelegada.

04. Assinale a alternativa correta a respeito das regras para alienação de bens previstas na Lei nº 8.666/93.

- (A) Os bens imóveis da Administração Pública, cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, jamais poderão ser alienados.
- (B) A alienação de bens imóveis da Administração Pública, quando devidamente justificado o interesse público, não depende de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais.
- (C) Na concorrência para a venda de bens imóveis, a fase de habilitação limitar-se-á à comprovação do recolhimento de quantia correspondente a 50% (cinquenta por cento) da avaliação.
- (D) Para alienação de imóveis da Administração Pública, cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, exige-se: avaliação dos bens alienáveis; comprovação da necessidade ou utilidade da alienação; adoção do procedimento licitatório, sob a modalidade de concorrência ou leilão.
- (E) Os bens imóveis da Administração Pública, cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, poderão ser alienados por ato da autoridade competente, mediante procedimento licitatório, sob a modalidade de concorrência ou pregão.

05. Assinale a alternativa correta sobre as regras do Decreto nº 10.024/2019, que regulamenta a licitação na modalidade de pregão na forma eletrônica.

- (A) Admite-se licitação na modalidade de pregão na forma eletrônica para aquisição de bens e contratação de serviços comuns, excluídos os serviços comuns de engenharia.
- (B) A utilização da modalidade de pregão na forma eletrônica pelos órgãos da administração pública federal direta, pelas autarquias, pelas fundações e pelos fundos especiais é facultativa.
- (C) O pregão na forma eletrônica não se aplica a contratações de obras.
- (D) Qualquer pessoa pode impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até cinco dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.
- (E) A impugnação aos termos do edital possui efeito suspensivo, cabendo ao pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de recebimento da impugnação.

06. Os princípios _____ que foram positivados no ordenamento jurídico brasileiro, no que tange às normas gerais das licitações e contratos administrativos, englobam a _____, _____, _____, _____ e _____.

Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas do texto acima.

- (A) básicos – legalidade – impessoalidade – moralidade – publicidade – eficiência
- (B) básicos – legalidade – impessoalidade – moralidade – publicidade – igualdade
- (C) deônticos – juridicidade – impessoalidade – moralidade – publicidade – eficiência
- (D) deônticos – legalidade – impessoalidade – moralidade – publicidade – discricionariedade
- (E) instrumentais – legalidade – impessoalidade – moralidade – publicidade – eficiência

07. Considere as afirmações abaixo sobre as fundações públicas, licitações e contratos administrativos.

- I - As fundações públicas subordinam-se ao regime da Lei que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos de obras e serviços para os Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- II - Contrato é todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.
- III- É inexigível a licitação quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- IV- As fundações públicas, qualquer que seja a sua natureza, sujeitam-se ao controle administrativo e financeiro.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I, II e IV.
- (E) Apenas II, III e IV.

08. Especificamente acerca das disposições preliminares sobre os contratos _____, foi positivado que os mesmos regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de _____, aplicando-se-lhes, _____, _____ da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas do texto acima.

- (A) administrativos – direito privado – supletivamente – os princípios
- (B) administrativos – direito público – obrigatoriamente – os princípios
- (C) administrativos – direito público – supletivamente – os princípios
- (D) privados da Administração – direito público – obrigatoriamente – as regras
- (E) privados da Administração – direito privado – facultativamente – as regras

09. Tendo presente que os contratos administrativos são espécie do gênero contratos da Administração, assinale a alternativa que corresponde às características dos contratos administrativos.

- (A) Formalismo, transmissibilidade irrestrita, reciprocidade e onerosidade.
- (B) Formalismo, publicidade, impessoalidade e onerosidade.
- (C) Formalismo, publicidade, impessoalidade e bilateralidade.
- (D) Formalismo, comutatividade, impessoalidade e bilateralidade.
- (E) Formalismo, comutatividade, confiança recíproca e bilateralidade.

10. A despeito da divergência no âmbito doutrinário acerca da natureza jurídica das fundações estatais, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) as fundações estatais de direito público possuem as mesmas características das autarquias.
- (B) as fundações estatais, independentemente da personalidade jurídica, não possuem finalidade lucrativa e desenvolvem atividades socialmente relevantes.
- (C) as fundações estatais, tanto de direito público quanto privado, gozam da imunidade tributária recíproca.
- (D) as fundações estatais sujeitam-se ao controle do Tribunal de Contas.
- (E) as fundações estatais sujeitam-se ao controle do Ministério Público.

11. Assinale a alternativa correta sobre as regras da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

- (A) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente sancionada.
- (B) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga a lei anterior.
- (C) A lei do país em que reside a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.
- (D) Reputa-se ato jurídico perfeito o já iniciado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.
- (E) O regime de bens, legal ou convencional, obedece à lei do país em que tiverem os nubentes domicílio, e, se este for diverso, a do primeiro domicílio conjugal.

12. Assinale a alternativa correta sobre Direitos da Personalidade no Código Civil Brasileiro.

- (A) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; e a lei põe a salvo, desde o nascimento, os direitos do nascituro.
- (B) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- (C) Ainda que por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física ou contrariar os bons costumes.
- (D) É válida, com objetivo científico ou econômico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.
- (E) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, salvo quando não haja intenção difamatória.

13. Assinale a alternativa correta sobre o Direito das Obrigações no Código Civil Brasileiro.

- (A) O credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, salvo se mais valiosa.
- (B) Exceto quando a obrigação tenha por objeto prestação divisível, não pode o credor ser obrigado a receber, nem o devedor a pagar, por partes, se assim não se ajustou.
- (C) É ilícito convencionar o aumento progressivo de prestações sucessivas.
- (D) Quando, por motivos imprevisíveis, sobrevier desproporção manifesta entre o valor da prestação devida e o do momento de sua execução, poderá o juiz corrigi-lo, de ofício ou a pedido da parte, de modo que assegure, o quanto possível, o valor real da prestação.
- (E) São nulas as convenções de pagamento em ouro ou em moeda estrangeira, bem como para compensar a diferença entre o valor desta e o da moeda nacional, excetuados os casos previstos na legislação especial.

14. Assinale a alternativa correta sobre o prazo para o exercício do direito de arrependimento previsto no artigo 49 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

- (A) 5 dias
- (B) 7 dias
- (C) 30 dias
- (D) 45 dias
- (E) 90 dias

15. Assinale a alternativa correta sobre as regras da Lei nº 8.245/91 (Locações).

- (A) O locatário poderá denunciar a locação, por prazo indeterminado, mediante aviso por escrito ao locador, com antecedência mínima de quinze dias.
- (B) Salvo expressa disposição contratual em contrário, as benfeitorias necessárias introduzidas pelo locatário, desde que previamente autorizadas pelo locador, devem ser indenizadas.
- (C) Considera-se locação para temporada, aquela destinada à residência permanente do locatário, para prática de lazer, realização de cursos, tratamento de saúde, feitura de obras em seu imóvel e para outros fins que decorrem tão somente de determinado tempo, e contratada por prazo não superior a quarenta e cinco dias.
- (D) Nas locações residenciais ajustadas por escrito e por prazo igual ou superior a trinta meses, a resolução do contrato ocorrerá findo o prazo estipulado, independentemente de notificação ou aviso.
- (E) Salvo disposição contratual em contrário, qualquer das garantias da locação se estende até a efetiva devolução do imóvel, salvo quando prorrogada a locação por prazo indeterminado.

16. No que se refere às obrigações solidárias, é possível afirmar que

- (A) apenas a solidariedade passiva não se presume, a solidariedade ativa pode ser presumida em decorrência das circunstâncias do contrato.
- (B) a obrigação solidária pode ser pura e simples apenas para um dos cocredores ou codevedores.
- (C) a característica da obrigação solidária é a possibilidade dos credores apenas exigirem dos codevedores sua cota parte.
- (D) importa renúncia da solidariedade a propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores.
- (E) convertendo-se a prestação em perdas e danos, não subsiste, para todos os efeitos, a solidariedade.

17. No que se refere aos contratos, é possível afirmar que

- (A) apenas contratos típicos podem ser validamente celebrados.
- (B) a herança de pessoa viva pode ser objeto de contrato, ficando condicionada sua eficácia ao falecimento do transmitente da herança.
- (C) a liberdade contratual será exercida nos limites da função social do contrato.
- (D) é válida a cláusula, em contratos de adesão, que estabelece a renúncia de direitos resultantes do negócio celebrado.
- (E) os contratantes não são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé.

18. Em relação ao contrato preliminar, é possível afirmar que

- (A) o contrato preliminar, para ser válido, deve observar, inclusive, a forma do contrato principal.
- (B) a ausência de cumprimento do contrato preliminar não acarreta a possibilidade de condenação em perdas e danos da parte que deu ensejo ao descumprimento.
- (C) os contratos preliminares não podem conter cláusula de arrependimento.
- (D) os contratos preliminares podem ser levados a registro.
- (E) a promessa de contrato unilateral não é admitida no sistema brasileiro.

19. Em relação aos contratos, é possível afirmar que:

- (A) nos contratos bilaterais, nenhum dos contratantes, antes de cumprirem com suas obrigações, podem exigir o implemento da outra parte.
- (B) a onerosidade excessiva apenas se aplica aos contratos típicos.
- (C) a cláusula resolutiva tácita se opera de pleno direito.
- (D) o inadimplemento não permite à parte lesada exigir a resolução do contrato.
- (E) a proposta de contrato em hipótese alguma obriga o proponente.

20. Em relação ao instituto da evicção, é possível afirmar que:

- (A) as partes não podem excluir, por cláusula contratual, os direitos resultantes do reconhecimento da evicção.
- (B) nos contratos onerosos, o alienante sempre e sem qualquer exceção responde pela evicção.
- (C) a evicção pode ser demandada, mesmo sabendo o adquirente ser coisa litigiosa ou alheia.
- (D) os efeitos da evicção subsistem ainda que a aquisição se tenha realizado por hasta pública.
- (E) o doador, em doações pura e simples, responde pelos efeitos da evicção.

21. De acordo com as regras do Código de Processo Civil, a incompetência absoluta do juízo

- (A) é sanável se não for arguida em tempo e modo próprios até a prolação da sentença.
- (B) deve ser alegada pelo réu em incidente de exceção de incompetência.
- (C) determina a extinção do processo com julgamento do mérito.
- (D) não pode ser declarada de ofício.
- (E) enseja ação rescisória da decisão de mérito transitada em julgado que neste juízo tenha sido prolatada.

22. O regramento do Código de Processo Civil, quanto aos prazos dos atos processuais, permite afirmar que:

- (A) o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte será de 10 (dez) dias, inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz.
- (B) o ato praticado antes do termo inicial do prazo será considerado tempestivo.
- (C) o prazo é irrenunciável pela parte, ainda que estabelecido exclusivamente em seu favor, a manifestação de renúncia seja expressa, o direito disponível e a parte possa transigir.
- (D) no processo eletrônico, os prazos para as manifestações dos litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, serão contados em dobro, desde que haja requerimento das partes.
- (E) o benefício da contagem em dobro para todas as manifestações dos entes públicos aplica-se ainda que a lei estabeleça, de forma expressa, prazo próprio para o ente público.

23. Sobre a decisão que julga antecipadamente parte do mérito, considere as afirmações abaixo.

- I - Pode reconhecer a existência de obrigação líquida ou ilíquida.
- II - Admite apenas o cumprimento provisório enquanto não for julgada a totalidade do objeto litigioso do processo.
- III- Não pode ser desconstituída por ação rescisória, seja qual for a causa alegada.

De acordo com o Sistema Processual Civil Brasileiro, quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Apenas I e III.

24. Acerca da liquidação dos títulos executivos judiciais, considere as afirmações abaixo.

- I - A liquidação da sentença que condena ao pagamento de quantia ilíquida será feita pelo procedimento comum quando houver necessidade de alegar e provar fato novo.
- II - Apenas a parte credora pode requerer a liquidação do título judicial.
- III- A liquidação do título judicial poderá ser realizada na pendência de recurso interposto contra a decisão liquidanda.

De acordo com as disposições do Código de Processo Civil, quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Apenas I e III.

25. De acordo com o Código de Processo Civil, no cumprimento provisório da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa:

- (A) é incabível impugnação por parte do executado.
- (B) é indispensável o oferecimento de caução para dar início à fase do cumprimento.
- (C) se o executado comparecer tempestivamente e depositar o valor, com a finalidade de isentar-se da multa, o ato será considerado incompatível com o recurso por ele interposto.
- (D) poderá ser dispensada a caução, entre outras hipóteses, quando se tratar de crédito de natureza alimentar, independentemente de sua origem.
- (E) se houver reforma ou anulação da sentença condenatória, somente em novo processo poderá o executado requerer a liquidação de eventuais prejuízos causados pelo cumprimento provisório.

26. No que se refere ao cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública, considere as afirmações abaixo.

- I - Não há expropriação de bens da executada quando se trata de sentença que reconheça obrigação de pagar quantia certa.
- II - A executada é citada para impugnar.
- III- O impedimento ou a suspeição do juízo integram as matérias que devem ser arguidas na peça de impugnação da executada.

De acordo com as disposições do Código de Processo Civil, quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Apenas I e III.

27. A parte interpôs recurso especial e recurso extraordinário. Ao realizar o exame de admissibilidade dos recursos, o vice-presidente do tribunal recorrido negou seguimento ao recurso extraordinário, com fulcro em tese de repercussão geral firmada pelo STF, na qual a Corte Suprema assentou entendimento de que a matéria tratada no recurso é destituída de repercussão geral, por não se tratar de matéria constitucional. Com relação ao recurso especial, o vice-presidente não admitiu o recurso, por entender que o recorrente visava reanalisar provas. Diante desse contexto, quais os recursos cabíveis contra as decisões do vice-presidente do tribunal recorrido, objetivando o regular processamento e trâmite dos recursos extraordinário e especial nas cortes superiores?

- (A) Apenas agravo interno para o próprio tribunal recorrido contra as duas decisões.
- (B) Agravo ao STF contra a decisão que negou seguimento ao recurso extraordinário e agravo ao STJ contra a decisão que não admitiu o recurso especial.
- (C) Agravo interno para o próprio tribunal recorrido contra a decisão que negou seguimento ao recurso extraordinário e agravo ao STJ contra a decisão que não admitiu o recurso especial.
- (D) Agravo interno para o próprio tribunal recorrido contra a decisão que não admitiu o recurso especial e agravo ao STF contra a decisão que negou seguimento ao recurso extraordinário.
- (E) Embargos de divergência contra a decisão que negou seguimento ao recurso extraordinário, caso haja decisão de outro tribunal em sentido contrário, e agravo ao STJ contra a decisão que não admitiu o recurso especial.

28. A demandou B, limitando sua petição inicial à tutela antecipada requerida em caráter antecedente, apenas indicando o pedido de tutela final, conforme autorizado pelo artigo 303 do Código de Processo Civil, e referindo que pretendia se valer do benefício previsto nesse artigo. Ao despachar o pedido inicial, o juiz concedeu a tutela antecipada. Regularmente citado, o réu não recorreu da decisão que concedeu a tutela antecipada. Diante dos fatos narrados, é correto afirmar que

- (A) o processo deverá ser extinto e a tutela antecipada tornar-se-á estável, conservando seus efeitos enquanto não for revista, reformada ou invalidada por decisão de mérito proferida em demanda própria.
- (B) o processo deverá tramitar regularmente, podendo a tutela antecipada ser revogada ou modificada a qualquer tempo.
- (C) o processo deverá tramitar regularmente, podendo a tutela antecipada ser revogada ou modificada na sentença, caso haja julgamento de improcedência dos pedidos iniciais.
- (D) o processo deverá tramitar regularmente e a tutela antecipada somente poderá ser revogada ou modificada caso o réu, após a prolação da sentença de mérito, venha a interpor recurso de apelação, atacando, em preliminar de apelação, a decisão que concedeu a tutela antecipada, uma vez que essa decisão não comporta agravo de instrumento, por não constar no rol das decisões agraváveis constantes no art. 1.015 do CPC.
- (E) o processo deverá ser extinto e o réu poderá pleitear a revisão, reformulação ou invalidação da tutela antecipada através de demanda própria, cujo prazo de ajuizamento é de 02 (dois) anos, contados do trânsito em julgado da decisão que extinguiu o processo.

29. JOÃO ajuizou ação de execução de título executivo extrajudicial contra os devedores PAULO e MARIA, os quais não são casados ou companheiros. PAULO foi citado por oficial de justiça da comarca onde tramita a execução, por residir no local. Já MARIA foi citada por carta precatória, por residir em comarca diversa. O mandado de citação de PAULO, devidamente cumprido, foi juntado aos autos em 18/11/2018. O mandado de citação de MARIA, também devidamente cumprido, foi juntado aos autos do juízo deprecado em 04/11/2018 e aos autos do juízo de origem em 25/11/2018, porém, antes dessa data, em 08/11/2018, foi juntado aos autos do juízo de origem, o comunicado, por meio eletrônico, do juiz deprecado, informando ao juiz deprecante a realização da citação. Os executados PAULO e MARIA estão representados por diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos. Considerando que tanto os embargos à execução de PAULO quanto os de MARIA versaram unicamente sobre excesso de execução, é correto afirmar que:

- (A) o prazo para oferecimento de embargos à execução, tanto para PAULO quanto para MARIA, começou a correr em 25/11/2018, data da juntada do último comprovante de citação.
- (B) o prazo para oferecimento de embargos à execução para PAULO começou a correr em 18/11/2018, e o prazo para MARIA começou a correr em 25/11/2018, data da juntada do comprovante de citação nos autos do juízo de origem.
- (C) o prazo para oferecimento de embargos à execução para PAULO começou a correr em 18/11/2018, e o prazo para MARIA começou a correr em 04/11/2018, data da juntada do comprovante de citação nos autos (na carta) do juízo deprecado.
- (D) o prazo para oferecimento de embargos à execução para PAULO começou a correr em 18/11/2018, e o prazo para MARIA começou a correr em 08/11/2018, data da juntada, nos autos do juízo de origem, do comunicado, por meio eletrônico, do juiz deprecado informando ao juiz deprecante a realização da citação.
- (E) o prazo para oferecimento de embargos à execução para PAULO começou a correr em 18/11/2018, e o prazo para MARIA começou a correr em 08/11/2018, data da juntada, nos autos de origem, do comunicado, por meio eletrônico, do juiz deprecado informando ao juiz deprecante a realização da citação, devendo ser contado em dobro o prazo, tendo em vista que os embargantes estão representados por diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos.

30. Concernente à penhora, é correto afirmar que:

- (A) para presunção absoluta de conhecimento por terceiros, cabe ao exequente providenciar a averbação do arresto ou da penhora no registro competente, sendo obrigatória a apresentação de mandado judicial.
- (B) o juiz determinará a alienação antecipada dos bens penhorados quando houver manifesta vantagem, sendo que, se essa medida for requerida por uma das partes, decidirá de plano a questão, devendo, antes de decidir, sempre ouvir a outra parte, no prazo de 03 (três) dias.
- (C) realizada penhora *on-line* de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira, o executado deverá ser intimado, na pessoa do seu advogado para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar manifestação. Rejeitada ou não apresentada a manifestação do executado, converter-se-á a indisponibilidade em penhora, sem necessidade de lavratura de termo.
- (D) o executado pode, no prazo de 10 (dez) dias contados da intimação da penhora, requerer a substituição do bem penhorado, oferecendo bem imóvel em substituição, sendo que, se este imóvel foi adquirido anteriormente ao casamento com regime de comunhão parcial de bens, não é obrigatória a expressa anuência do cônjuge.
- (E) formalizada a penhora por qualquer dos meios legais, dela será pessoalmente intimado o executado, mesmo tendo procurador constituído nos autos.

31. Acerca dos direitos sociais estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que:

- (A) nas empresas com mais de cem empregados, é assegurada a eleição de um representante destes, com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
- (B) a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, sendo permitidas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical nos casos de gestão temerária.
- (C) são assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos o fundo de garantia do tempo de serviço, o adicional de remuneração para as atividades insalubres e a remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.
- (D) é garantido o direito de greve, cabendo à lei definir os serviços ou atividades essenciais e dispor sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.
- (E) dentre os direitos sociais elencados estão o transporte, a previdência social, a moradia, a proteção à maternidade, à paternidade e à infância e o lazer.

32. No que diz respeito aos direitos políticos previstos na Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que

- (A) a lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.
- (B) o mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral, no prazo de dez dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- (C) são inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- (D) o alistamento eleitoral é obrigatório e o voto é facultativo para os analfabetos, os maiores de setenta anos e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- (E) a perda ou suspensão de direitos políticos dar-se-á nos casos de improbidade administrativa, condenação criminal em segunda instância e incapacidade civil absoluta.

33. Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos assegurados na Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que

- (A) a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção ou reclusão, conforme a gravidade, nos termos da lei.
- (B) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, exigida a prévia autorização da autoridade competente.
- (C) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, a qualquer momento, por determinação judicial.
- (D) conceder-se-á *habeas data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante ou de familiar seu, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- (E) o brasileiro naturalizado será extraditado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

34. No que concerne ao processo legislativo disciplinado na Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que:

- (A) são de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e indireta de qualquer dos Poderes da União ou aumento de sua remuneração.
- (B) a discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início na Câmara dos Deputados.
- (C) se o Presidente da República considerar o projeto de lei, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.
- (D) a matéria constante de projeto de lei rejeitado não pode constituir objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa.
- (E) a Constituição poderá ser emendada mediante proposta de três quintos, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

35. No que tange aos princípios gerais da atividade econômica assentados na Constituição da República Federativa do Brasil, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.
- (B) a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, dentre outros, os princípios da busca do pleno emprego, da função social da propriedade e da defesa do consumidor.
- (C) a lei disporá sobre a ordenação dos transportes aéreo, aquático e terrestre, devendo, quanto à ordenação do transporte internacional, observar os acordos firmados pela União, atendido o princípio da reciprocidade.
- (D) as empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- (E) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei complementar, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas.

36. A Constituição da República Federativa do Brasil contém diversos dispositivos que versam sobre controle da constitucionalidade de lei ou ato normativo. Assinale a alternativa que apresenta afirmação correta quanto ao tema.

- (A) São legitimados para propor a ação direta de inconstitucionalidade o Presidente da República, o Governador de Estado ou do Distrito Federal, o Procurador-Geral de Justiça e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- (B) Compete ao Senado Federal suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, no prazo de trinta dias.
- (C) Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado.
- (D) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade, produzirão eficácia restrita aos órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta do ente federado que editou o ato normativo impugnado.
- (E) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias em trinta dias.

37. Referentemente às normas sobre nacionalidade dispostas na Constituição da República Federativa do Brasil, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que ambos estejam a serviço da República Federativa do Brasil.
- (B) os cargos da carreira diplomática e de oficial das Forças Armadas são privativos de brasileiro nato.
- (C) será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.
- (D) as armas, a bandeira, o selo e o hino nacionais são símbolos da República Federativa do Brasil.
- (E) são brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

38. Considere as afirmações abaixo sobre os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição da República Federativa do Brasil.

- I - Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- II - É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
- III - É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores, de forma paritária, nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

39. Acerca da repartição de competências entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com o estipulado na Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) As competências reservadas aos Estados estão todas elencadas no texto constitucional, não possuindo tais entes competência residual nas matérias não vedadas pela própria Constituição Federal.
- (B) A fim de viabilizar a cooperação entre a União, os Estados e os Municípios, no exercício da competência comum entre as três entidades federativas, é prevista a edição de emendas às constituições estaduais e às leis orgânicas municipais.
- (C) Para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais de todos os entes da Federação, compete privativamente à União legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades.
- (D) No âmbito da competência legislativa concorrente, a edição de normas gerais, pela União, suspende a competência suplementar dos Estados.
- (E) Não podem os Estados, nem por delegação autorizada em lei complementar, legislar sobre questões específicas de matérias que se inserem na competência privativa da União.

40. Considere as afirmações abaixo em relação aos Princípios Fundamentais da República Federativa do Brasil, à luz do texto do Título I da Constituição Federal.

- I - Dentre os fundamentos elencados estão a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho, o bem-estar e a justiça sociais e a proteção à família.
- II - Alguns dos objetivos qualificados como fundamentais são erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e regionais e, também, garantir o desenvolvimento nacional.
- III- A igualdade entre os Estados, a não intervenção e a concessão de asilo político estão entre os princípios que regem o Brasil nas suas relações internacionais.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas II.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE

EDITAL Nº 01/2020 DE PROCESSOS SELETIVOS

GABARITO APÓS RECURSOS

PROCESSO SELETIVO 01

ADVOGADO I (Licitação, Contratos e Convênios)

01.	E	11.	E	21.	E	31.	D
02.	B	12.	B	22.	B	32.	A
03.	C	13.	E	23.	A	33.	E
04.	D	14.	B	24.	E	34.	B
05.	C	15.	D	25.	D	35.	ANULADA
06.	B	16.	B	26.	A	36.	C
07.	D	17.	C	27.	C	37.	A
08.	C	18.	D	28.	A	38.	B
09.	E	19.	A	29.	D	39.	C
10.	E	20.	D	30.	B	40.	D